

- 1 1. Ata da IV Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, realizada aos dez  
2 dias do mês de agosto, de hum mil novecentos e oitenta e sete, conforme convocação enviada  
3 aos membros natos e efetivos do Conselho.
- 4 2. Aos dez dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e sete, às quatorze horas, na  
5 sala dos Governadores do Palácio Iguazu reuniram-se os membros natos e efetivos do  
6 Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, sendo a presidência dos trabalhos exercida pelo  
7 Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, Ary Veloso Queiroz.  
8 Como membros natos compareceram os Senhores: Renato Meister representando o  
9 Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig; Iran Roberto Brzezinski do  
10 Instituto de Terras e Cartografia representando o Secretário de Estado da Agricultura e  
11 Abastecimento, Sr. Osmar Fernandes Dias; Wagner Brússulo Pacheco, Procurador Geral do  
12 Estado; Antônio Acir Breda, Secretário de Estado da Justiça; Delcino Tavares da Silva,  
13 Secretário de Estado da Saúde; Laureni M. Teixeira representando o Secretário de Estado da  
14 Educação, Sr. Belmiro Valverde Castor; Haroldo Pereira, Comissão de Saúde da Assembléia  
15 Legislativa. Como membros efetivos participaram os Senhores: Paulo Roberto Pereira de  
16 Souza; Roberto Ribas Lange ; Reinaldo Onofre Skalisz; Manoel Baltazar Baptista da Costa;  
17 Eduardo Kardush; Edson Antônio Lenzi; Gilberto de Oliveira Borges; Nelson Antônio Sicuro.
- 18 3. Aprovação da proposta de pauta: O Presidente do Conselho, Dr. Ary Veloso Queiroz  
19 apresentou e colocou em votação a proposta de pauta, a qual foi aprovada por maioria de  
20 votos
- 21 4. Apreciação da Minuta da Ata da Terceira Reunião Ordinária: O Presidente do Conselho, Dr.  
22 Ary Veloso Queiroz, sugeriu a leitura do item referente a discussão do Regulamento e do  
23 Regimento Interno, o que foi acatado. O Secretário Executivo Dr. Cleverson Vítório Andreoli  
24 procedeu a leitura do item o qual foi aprovado com as seguintes correções: no inciso XIX onde  
25 está escrito avançar o correto é avocar; no parágrafo 2º, do Artigo 4º, retirar a palavra não; a  
26 redação correta do Artigo 7º é a seguinte: O Conselho Estadual de Defesa do Ambiente reunir-  
27 se-á ordinariamente, sempre na segunda segunda-feira de cada mês e extraordinariamente  
28 por convocação de seu Presidente ou a requerimento de um terço de seus membros. Com  
29 relação ao tópico de Assuntos Gerais deixou de ser incluído o nome do Secretário de Estado  
30 da Justiça Dr. Antônio Acir Breda, na Comissão composta com o objetivo de prover o CEDA  
31 de institutos legais que o respalde a coordenar bem como, estabelecer uma política estadual  
32 de meio ambiente. Fica registrada a presença da Secretaria dos Transportes através do seu  
33 Diretor Geral, Eng.º Renato Meister como substituto do Dr. Heinz Georg Herwig. Colocada em  
34 votação a minuta da ata foi aprovada com as correções supra citadas.
- 35 5. Questão do Solo Agrícola - Abordagem de autoridades e técnicos: O Presidente do Conselho,  
36 Dr. Ary Veloso Queiroz, solicitou que os técnicos da SEAB fizessem a apresentação do

37 assunto. Iniciando o Dr. Nestor Bragagnolo colocou que sua apresentação seria norteadas por  
38 dois aspectos: o que a SEAB está realizando junto aos pequenos agricultores e o que está  
39 sendo desenvolvido em relação a Lei n.º 8014/84. Dentre as colocações apresentadas pelo  
40 expositor tem-se: do ICM arrecadado pelo Estado, 33% é vinculado ao setor agrícola; a  
41 produtividade aumentou em 29% mas hoje já começa a baixar e o uso de insumos aumentou  
42 em 10 vezes; a perda de solo atualmente está 20 ton/há/ano e que o Estado perde em  
43 macronutrientes 193 milhões de dólares ao ano; apresentou levantamentos de turbidez de  
44 água no lago de Itaipu comprovando que a época que o índice era maior referia-se ao período  
45 de preparo do solo; dados da SANEPAR dos anos de 1980 à 1983 que comprovaram o  
46 aumento de turbidez nos mananciais e do custo: 118.DOO dólares ao ano para reduzir turbidez  
47 e 99.000 dólares ao ano para retirar sedimento dos reservatórios. Quanto ao Programa de  
48 Manejo Integrado de Solos iniciado em 1983, tem como objetivo geral implantar o manejo de  
49 solo segundo sua aptidão agrícola visando a utilização de renda do produtor rural e a  
50 preservação permanente do solo; apresentação dos objetivos específicos, da estratégia de  
51 ação; da área de atuação que é o Estado todo e inicialmente nos municípios que tem  
52 escritórios de extensão rural. Para o ano corrente as metas prevêem o atendimento a 288  
53 municípios atingindo 900 microbacias e 45.000 produtores em uma área de 600.000 ha, com  
54 os quais totalizará 1.800.000 ha atendidos desde o início do programa. A nível de orçamento  
55 estão previstos 179 milhões de cruzados e como subsidio calcáreo, óleo diesel,  
56 motomecanização e adubo verde. Por sua vez a Dra. Simone Weber Polack apresentou como  
57 está sendo encaminhado os prescritos pela Lei n.º 8014/84 e seu Decreto bem como, Lei  
58 Federal n.º 6225 que restringe-se no Estado do Paraná a 67 municípios. Apresentou ainda  
59 como está sendo feita a fiscalização, em uma linha muito mais educativa que coercitiva,  
60 ponderando ainda que tanto a Lei como a aplicação desta são pioneiros e, até onde já foi feito  
61 acredita-se estar avançando. Dr. Manoel Baltasar Baptista da Costa perguntou como a SEAB  
62 tem avaliado a questão da produtividade nas áreas trabalhadas. Dr. Nestor Bragagnolo  
63 ponderou que tem-se notícias dos produtores que a produtividade tem aumentado 10 a 30% e  
64 que se está buscando recursos junto ao Governo Federal para realizar um acompanhamento  
65 efetivo em regiões representativas. Dr. Roberto Ribas Lange referendou o caráter inovador da  
66 Lei e questionou se tem ocorrido alguma manifestação contrária a esta legislação, Dra.  
67 Simone Weber Polack disse que não e que as penalidades impostas foram cumpridas, sendo  
68 que o agricultor tem feito sua parte. Dr. Nestor Bragagnolo ponderou ainda que o problema é  
69 com os órgãos públicos, como por exemplo a concentração de águas na propriedade rural  
70 resultante da construção de estradas pois o órgão realizador da obra não se responsabiliza.  
71 Dr. Gilberto de Oliveira inquiriu aos expositores se, das infrações que foram consumadas foi  
72 algum grande proprietário atingido. A Dra. Simone Weber Polack colocou que não tinha  
73 conhecimento e que praticamente a Lei só tem sido aplicada em microbacias nas quais hajam  
74 produtores reticentes à fazerem práticas de conservação de solos. Dr. Roberto Ribas Lange

75 questionou de como está sendo feito o treinamento para os extencionistas, quantos já foram  
76 treinados e sobre a utilização murunduns. Dr. nestor Bragagnolo falou que é dado um  
77 treinamento de dez dias com embasamento em dados fornecidos pelo IAPAR, Embrapa-solos,  
78 extensão e outros, trabalhando sempre a questão de uso e aptidões dos solos, ponderou  
79 ainda que o murundum não é prática única e que a questão será discutida no Encontro  
80 Nacional de Conservação de Solos que ocorrerá em Toledo bem como, de que há  
81 necessidade de contratação de aproximadamente duzentos técnicos que receberam  
82 treinamento. Dr. Reinaldo Skalisz perguntou sobre como está sendo conduzida a questão com  
83 relação aos problemas causados pelas estradas. Dra. Simone Weber Polack respondeu que  
84 ainda não se tem a solução para o problema e que à aproximadamente três meses oficiaram  
85 ao D.E.R. e até o momento não obtiveram resposta. Dr. Roberto Ribas Lange ponderou que  
86 algumas estradas se conhece a idade desta através do aterramento e pela profundidade e que  
87 com relação aos tratoristas a maioria deles não recebe orientação de como fazer a estrada e o  
88 tratamento de água fluvial e sugere um curso de reciclagem para os tratoristas de Prefeituras  
89 Municipais. Dr. Nestor Bragagnolo esclareceu que os trabalhos de modificação de traçado das  
90 estradas e o tratamento do escoamento das águas, são realizados por tratoristas treinados  
91 com acompanhamento técnico. Dr. Nelson Antônio Sicuro questionou quanto ao uso de  
92 agrotóxicos, em que nível está prejudicando o solo. O Dr. Nestor Bragagnolo respondeu,  
93 esclarecendo que os agricultores estão passando a utilizar os abastecedouros comunitários  
94 em locais onde possam lavar ou abastecer seus equipamentos sem contaminar a água do rio.  
95 Outra ação que diminui o uso de agrotóxicos é o Programa de Manejo de Pragas implantado  
96 na época em que a cultura já está instalada. Dra. Simone Weber Polack complementou  
97 dizendo que o uso de agrotóxicos é regido pelas práticas conservacionistas e através do  
98 Convênio entre ACARPA E SUREHMA o uso é fiscalizado pelo órgão do meio ambiente. Dr.  
99 Nelson Sicuro perguntou como está a concentração de agrotóxicos nos rios do Estado do  
100 Paraná. Dr. Nestor Bragagnolo respondeu afirmando que a SUREHMA possui os dados sobre  
101 a concentração de agrotóxicos nas águas dos rios, ressaltando regiões com índices  
102 alarmantes onde, mesmo nas águas tratadas que já tiveram o material sólido retirado,  
103 permanece com traços de componentes usados nos agrotóxicos. Dr. Cleverson Vitório  
104 Andreoli explicou aos presentes que neste estudo realizado pela SUREHMA, de novecentos e  
105 setenta amostras de água analisadas, novecentos e quarenta apresentaram concentração de  
106 resíduos abaixo dos limites estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde e em apenas  
107 setenta foram observadas concentrações superiores ao limite acima mencionado. Dr.  
108 Cleverson Vitório Andreoli continua relatando que, de forma geral tanto a água como o solo e  
109 alimentos apresentam-se com concentração abaixo das permitidas pela O.M.S., o que deve  
110 ser questionado é com relação a dose diária aceitável. A SUREHMA está recebendo da SEMA  
111 - Secretaria Especial do Meio Ambiente recursos na ordem de três milhões de cruzados para  
112 reavaliar o estudo, realizado em 1984, analisando a concentração de agrotóxicos na água e

113 solo, principalmente porque houve a partir de 1984 a implantação da Lei de Uso de  
114 Agrotóxicos. Conclui afirmando que a SUREHMA mantém a disposição dados quanto a  
115 concentração de agrotóxicos nas águas. Dr. Manoel Baltasar da Costa perguntou se a análise  
116 feita contempla todos os tipos de agrotóxicos. Dr. Cleverson Vítório Andreoli respondeu que as  
117 análises abrangem dezessete tipos de agrotóxicos entre clorados, fosforados e outros, não  
118 atingindo os carbonatos. Sendo que o estudo se concentra sobre os tipos de agrotóxicos mais  
119 usados por microbacias. No Paraná, os parâmetros são estabelecidos por tipo de agrotóxico.  
120 Já na União Soviética, foram desenvolvidos métodos para usar parâmetros específicos.  
121 Continuou Dr. Cleverson Vítório Andreoli, no tratamento da água é feito a análise quanto a  
122 presença de agrotóxicos durante a fiscalização da potabilidade e até hoje não constatou-se  
123 nível superior ao estabelecido pela Organização Mundial de Saúde. A SANEPAR não remove  
124 agrotóxicos com tratamento especial. São parcialmente removidos na argila, quando do  
125 tratamento da água. Dr. Paulo Roberto de Souza questionou quanto ao tipo de proprietário  
126 que é atingido pelas práticas conservacionistas, se o agricultor propriamente dito ou aquele  
127 que possui terras para lazer ou especulação imobiliária bem como se existe trabalho de  
128 conscientização aos proprietários que não tem conhecimento de práticas conservacionistas.  
129 Dr. Nestor Bragagnolo respondeu que não há seleção de público a ser atendido, procura-se  
130 sem dar preferência à áreas de maior concentração de pequenos produtores. Os grandes  
131 proprietários são os que oferecem maior resistência às práticas de conservação. Quanto ao  
132 trabalho de conscientização, existem inúmeras edições e mapas, sobre os quais o IAPAR,  
133 aqui presente, pode dizer mais sobre o assunto. Dr. Gonçalo Signoreni de Farias expôs sobre  
134 a diversidade de publicação e de mapas de solo, inclusive com edições esgotadas em face da  
135 grande procura. Dr. Paulo de Souza ao referir-se à pessoa que mora na propriedade mas não  
136 se serve exclusivamente dela, sugeriu um material para estas pessoas e às Prefeituras. É  
137 ressaltado pelo Dr. Manoel Baltasar da Costa a massificação pe- los meios de comunicação  
138 pelo uso de agrotóxicos. O Estado não tem domínio para contrapor o marketing dos produtos  
139 em cima dos agricultores. Há necessidade de uma orientação correta e não vinculada ao  
140 comércio do produto. Foi entregue à Secretaria Executiva do CEDA pelo Conselheiro Manoel  
141 Baltasar da Costa duas propostas: 1ª Proposta - Propõe-se encaminhar solicitação do CEDA  
142 ao Secretário de Planejamento do Estado do Paraná, para que sejam envidados esforços para  
143 a ampliação das metas atuais do PMISA para valores equivalentes a um mínimo de 1,5  
144 milhões de hectares anualmente, bem como para a implantação do código de uso do solo do  
145 Estado do Paraná nas áreas a serem abrangidas pelo programa, e a identificação de recursos  
146 suficientes para a Secretaria de Transportes proceder a correção dos problemas de erosão  
147 causados pelas estradas estaduais. 2ª Proposta - Sugere-se a criação de uma Comissão de  
148 alto nível, composta por especialistas das áreas afins ao objeto desta proposta, para no  
149 período de noventa dias, proceder a estudos abalizados sobre o tema, e oferecer subsídios ao  
150 posicionamento do CEDA e do próprio Governo do Estado do Paraná, sobre como minimizar o

151 impacto solo-máquina e conseqüentemente os problemas de erosão redundantes da atividade  
152 agrícola. A título de sugestão, propõe-se os nomes dos técnicos abaixo relacionados para  
153 comporem a referida Comissão, dadas suas especializações e experiências em física e  
154 química do solo. Paulo Figueiredo - IAPAR. Rui Casão Júnior - IAPAR. Marcos José Vieira -  
155 IAPAR. João Carlos Henklain - IAPAR. Fernando Pruski - Faculdade de Eng. Agrícola de  
156 Cascavel. Edmundo Kadlisch - ACARPA. Adolar Francisco Adur - AEAPR. Nestor Bragagnolo  
157 - SEAB. Não havendo mais questionamentos sobre a apresentação dos técnicos da  
158 SEAG/ACARPA, o presidente do Conselho, Dr. Ary Veloso Queiroz agradeceu a  
159 apresentação, argumentando que a explanação atingiu os objetivos propostos. O Dr. Eduardo  
160 Kardush pediu a palavra para complementar salientando que quando a ACARPA contrata  
161 novos técnicos, faz treinamento dos mesmos, e promove todo ano cursos de Conservação de  
162 Solos, sugerindo que a ACARPA realize cursos nos Colégios Agrícolas extensivo a todos os  
163 interessados sobre técnicas de Conservação de solos. A proposta é acolhida pelo Dr. Ary  
164 Veloso Queiroz que aproveita para observar os seguintes pontos: a importância da  
165 participação integrada das diversas áreas do governo para o equacionamento do problema, e  
166 ainda, que o maior problema advém ainda das empresas do governo, que devem reconhecer  
167 e assumir a culpa e iniciar a reversão da situação. Isto posto, Dr. Ary Veloso Queiroz  
168 lembrou que um dos objetivos do CEDA é o de corrigir os erros e aproveitou para pedir ao  
169 Diretor da Secretaria de Transportes, Sr. Renato Meister, presente na reunião, para procurar  
170 saber sobre a demora da resposta dos ofícios, acima mencionados, encaminhados a SETR, e,  
171 agradeceu aos expositores. Quanto as duas propostas encaminhadas pelo Conselheiro  
172 Manoel Baltasar da Costa, Dr. Ary Veloso Queiroz, consultou o Conselheiro sobre o  
173 encaminhamento da 1ª Proposta sugerindo que fosse encaminhada à SEPL para  
174 pronunciamento quanto às prioridades do governo e posteriormente seria analisada. Tendo  
175 sido acolhida pelo Conselheiro Manoel Baltasar da Costa e pelos demais membros. A 2ª  
176 Proposta do Conselheiro Manoel Baltasar da Costa foi colocada em discussão: O Conselheiro  
177 Gilberto de Oliveira reforçou as propostas e comentou o estudo que o IAPAR vem realizando  
178 sobre as grades para o revolvimento do solo, ponderando a necessidade e importância do  
179 estudo bem como, salientou a realidade do papel dos Bancos na questão dos financiamentos  
180 em áreas de conservação de solos. O representante do Banestado Sr. José Alfredo Naime  
181 expôs os itens básicos para a concessão do financiamento que é realizado pelo Banco: o  
182 financiamento é concedido quando apresentado planos e projetos técnicos de conservação e  
183 recuperação. Quando o proprietário já tem problemas de erosão na propriedade. O Banco só  
184 dá financiamento se apresentado certificado comprovando a prática de técnicas  
185 conservacionistas. Dr. Cleverson Vítório Andreoli sugeriu a inclusão de um advogado na  
186 Comissão de Estudos sobre Implementos Agrícolas, esta pessoa poderá ser o Dr. Mauro  
187 Rocha - Assessor Jurídico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e do Meio  
188 Ambiente. O encaminhamento das duas propostas é colocado em votação pelo Presidente do

189 CEDA, Dr. Ary Veloso Queiroz. Proposta 1 - Enviar Ofício à Secretaria de Planejamento  
190 aprovada por unanimidade. A proposta 2 - Constituição da Comissão também foi aprovada por  
191 unanimidade. Encerrada a votação, Dr. Ary Veloso Queiroz chamou a atenção sobre a  
192 questão de treinamento de pessoal e objetivamente a posição do CEDA é promover  
193 orientação das áreas do governo envolvidas com a questão do meio ambiente. Sugeriu que o  
194 CEDA encaminhe solicitação à Secretaria do Planejamento para que sejam promovidos  
195 cursos que visem a conscientização e conhecimento das diversas Secretarias e seus  
196 programas na área ambiental. Dr. Ary Veloso Queiroz ponderou ser o desconhecimento  
197 generalizado um dos fatores que oneram as ações corretivas do Estado e colocou em  
198 discussão o encaminhamento sugerido, propondo também que os cursos fossem realizados  
199 no interior do Estado. Argumentando em prol da proposta, Dr. Ary Veloso Queiroz lembrou a  
200 colocação do Conselheiro Paulo de Souza sobre a necessidade da criação de material simples  
201 aos agricultores e sobre o trabalho que foi desenvolvido pela COPEL - Eletrificação Rural, ou  
202 seja, através de comunicados pelo rádio, atingindo toda a população rural e urbana. A  
203 ACARPA e demais órgãos juntamente com o CEDA poderiam utilizar a idéia. Para tanto o  
204 CEDA poderia propor à Secretaria de Comunicação Social a elaboração de matérias. A  
205 palavra é aberta, fazendo uso o Dr. Gilberto Borges, que comentou sobre a cartilha de  
206 conservação de solos que a Associação Conservacionista de Ponta Grossa elaborou e já se  
207 encontra na 2ª Edição. Concordando com a proposta para divulgação o Dr. Nelson Sicuro,  
208 sugeriu a participação da Secretaria de Educação para estender aos primeiro e segundo  
209 graus, cujo objetivo seria inculcar nas crianças a importância do solo em que vivem. O Dr.  
210 Cleverson Vitório Andreoli esclareceu que a SUREHMA já entrou em contato com a Secretaria  
211 de Comunicação Social para uso de um espaço de sessenta minutos na Rádio Estadual  
212 divulgando mensagens relacionadas ao meio ambiente. E ainda, mencionou a existência de  
213 um grupo formado por técnicos da SUREHMA, ITCF, e SEED para elaboração de programa  
214 de Educação Ambiental. Dr. Nestor Bragagnolo foi favorável às propostas apresentadas e  
215 argumentou que elas viriam reforçar as ações da Secretaria de Agricultura. Explicou que a  
216 Secretaria está viabilizando recursos externos para o projeto onde está previsto recursos para  
217 divulgação. Dr. Paulo de Souza questionou o Presidente da ACARPA da existência de  
218 publicação (cartilha) que orientasse clara e facilmente a qualquer pessoa. Dr. Nestor  
219 Bragagnolo se propôs a trazer na próxima reunião todas as publicações e as deixaria em  
220 exposição para análise. Dr. Paulo de Souza insistiu na idéia de uma cartilha que explicasse  
221 tudo em linguagem acessível. Dr. Nestor Bragagnolo explicou não ser necessário, pois o  
222 material existente é bastante acessível para cada assunto com linguagem a nível de  
223 agricultor/ produtor. Dr. Roberto Ribas Lange ressaltou que material para divulgação existe o  
224 suficiente e de boa qualidade, contudo torna-se de difícil acesso por ser escasso, como  
225 exemplo citou os mapas de solo que estão em falta. Feito uma tiragem de dois mil  
226 exemplares, mas o Estado tem trezentos municípios com quinhentos mil propriedades sem

227 contar o grande número de técnicos existentes. O Dr. Haroldo Ferreira comentou a propósito  
228 da questão levantada, a ACARPA é o órgão que apresenta maior relacionamento, através de  
229 comunicação, como meio rural. Desta forma, a ACARPA tem condições de avaliar se a forma  
230 como atua e o material que usa está seguramente servindo para informar a população a ser  
231 atingida. Dr. Carlos Antônio F. Biasi ponderou os seguintes pontos: não se pode esquecer que  
232 os problemas de erosão não aconteceram a partir deste governo. Os programas  
233 desenvolvidos de conservação de solos surgem de uma série de fatores que o geraram, a  
234 exemplo do programa de Manejo Integrado; a não ação de conservação implica em danos  
235 seríssimos ao Estado; procura-se inculcar nos agricultores a necessidade de procurarem os  
236 órgãos responsáveis, pois eles não aprendem técnicas de conservação somente com folders,  
237 estes devem ser meros complementos; a ACARPA nos dois últimos anos sofreu e sofre com a  
238 evasão de profissionais, os quais não foram repostos em função das duas eleições ocorridas.  
239 Conseqüentemente, municípios perderam seus técnicos. Continua Dr. Carlos Antônio F. Biasi,  
240 comentando quando da visita do Sr. Governador Álvaro Dias à Abatiá, onde alertou sobre a  
241 questão do solo, houve no dia seguinte a procura por parte de cinquenta agricultores quanto a  
242 projetos técnicos. Complementou Dr. Carlos Antônio F. Biasi sobre o despertar dos  
243 agricultores aos problemas da diminuição de produtividade e dos recursos a serem aplicados  
244 para melhorá-la. O Presidente do Conselho, Ary Veloso Queiroz retomou a palavra quanto as  
245 propostas colocadas - Ofício à Secretaria de Planejamento e a criação de uma Comissão, não  
246 devem restringir-se a área de agricultura, é claro que as propostas de treinamento e  
247 divulgação envolvem muitas áreas da SEDU e SEAB. Salientou que a idéia é envolver tudo o  
248 que diz respeito a área do meio ambiente bem como, a criação da Comissão proposta com a  
249 SEAB/SEDU/SEED/SECS para verificar como fazer a divulgação efetiva, inclusive dos  
250 materiais já existentes para que o interessado procure o órgão incumbido de orientar  
251 tecnicamente. Disse também o quanto é importante aumentar o vínculo com o interessado e  
252 incrementar os trabalhos, pois, por mais que se trabalhe uma parcela não será alcançada. Dr.  
253 Ary Veloso Queiroz lembrou da importância do CEDA evidenciada desde a instalação do  
254 Conselho pelo Sr. Governador Álvaro Dias. A palavra continua em aberto. Dr. Eduardo  
255 Kardush pediu para incluir a proposta para que sejam atingidas as cooperativas. Dr. Carlos  
256 Antônio F. Biasi lembrou o Convênio SEAB/SEED quanto a possibilidade de locação de  
257 técnicos para Escolas Agrícolas. É sugerida pelo Dr. Reinaldo Skalsiz, a inclusão da  
258 Secretaria de Saúde na Comissão proposta, em função dos produtos químicos que entram  
259 principalmente na composição de sucos. O Secretário da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva  
260 argumentou sobre a proposta do Presidente do CEDA envolver a todas as Secretarias, o  
261 trabalho deve ser feito em conjunto com a SUREHMA e ACARPA. Dr. Ary Veloso Queiroz  
262 perguntou se mais alguém quer fazer uso da palavra. Não havendo mais pronunciamentos, foi  
263 colocada em votação a questão do treinamento com todas as Secretarias envolvidas no  
264 CEDA. Aprovado por unanimidade.

265 6. Assuntos Gerais - O Dr. Ary Veloso Queiroz, Presidente do CEDA, solicitou à Secretaria  
266 Executiva do Conselho que não abordasse "in totum" alguns assuntos, propostos em pauta,  
267 por merecer uma análise prévia dos Conselheiros. Isto posto, Dr. Ary Veloso Queiroz achou  
268 por bem transferi-los para a próxima reunião, o que foi acolhido pelos Conselheiros. O  
269 Secretário Executivo do CEDA, Dr. Cleverson Vítório Andreoli, explicou que em função do  
270 estabelecido na reunião passada da Secretaria Executiva para elaborar proposta de alteração  
271 da lei do CEDA a ser apreciada pelo Conselho e depois pelo Governador e Assembléia  
272 Legislativa. Sugeriu criar uma Comissão para a elaboração da proposta. O Conselheiro  
273 Roberto Ribas Lange lembrou à Secretaria Executiva sobre a audiência da Comissão  
274 instituída junto ao Governador à respeito da proposta de alteração da Lei de criação do CEDA,  
275 bem como, reiterou a sugestão do Dr. Cleverson Vítório Andreoli para a criação de uma  
276 Comissão além da mesma adquirir um caráter permanente até o final da elaboração da  
277 Constituição Federal e que o papel maior desta Comissão será o de fornecer subsídios à  
278 Carta Estadual quanto ao meio ambiente. Os nomes para a Comissão foram sugeridos pela  
279 Secretaria Executiva, ou seja, os Senhores: Paulo Roberto de Souza, Roberto Ribas Lange,  
280 Mauro Rocha e Antônio Acir Breda. O Dr. Roberto Ribas Lange sugeriu que também  
281 integrasse a Comissão o Sr. Iran Roberto Brezezinski. Dr. Cleverson Vítório Andreoli convidou  
282 o Deputado Haroldo Ferreira. Dr. Roberto Ribas Lange pediu para constar em ata a "a nossa  
283 satisfação da participação do Deputado Haroldo Ferreira e lamenta a ausência do Presidente  
284 da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e da Comissão de Saúde da Assembléia  
285 Legislativa, bem como que fosse dciado a este a observação que lhe cabe". Dr. Roberto  
286 Ribas Lange argumentou sobre a certeza da participação do Deputado Haroldo Ferreira e da  
287 não participação do Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, bem como  
288 aprovou a inclusão do Deputado Haroldo Ferreira. Dr. Cleverson Vítório Andreoli levantou a  
289 possibilidade de fazer Convênio de delegação de competência do CONAMA. Ponderou ainda,  
290 que em um contato inicial com o Assessor jurídico da SEMA seria muito difícil, mas que será  
291 feita uma análise jurídica. Colocou também ser representante no CONAMA junto com os  
292 Senhores Mauro Rocha e Roberto Ribas Lange e que seria importante levar a participação do  
293 Estado do Paraná no CONAMA por intermédio do CEDA. O Dr. Antônio Acir Breda lembrou a  
294 existência do Conselho da Política Criminal e Penitenciária, o qual assinou Convênio com o  
295 Ministério da Justiça para delegação de competência. O Dr. Mauro Rocha ponderou duas  
296 prerrogativas: - não seria possível sub-delegar administrativamente, não seriam todos os  
297 tópicos que seriam indelegáveis. Dr. Cleverson Vítório Andreoli sugeriu que seja feita análise  
298 jurídica e emitido um parecer sobre a questão. Dr. Antônio Acir Breda comprometeu-se a  
299 encaminhar material do Conselho da Política Criminal e Penitenciária para o CEDA.  
300 Reiterando, o Dr. Cleverson Vítório Andreoli colocou que qualquer proposta de moção que  
301 seja encaminhada ao CEDA, seja feita quinze dias antes da reunião, para ciência de todos os  
302 Conselheiros. Passando ao próximo item continua Dr. Cleverson Vítório Andreoli, a respeito do

303 cadastramento das Associações Ambientais, e faz a leitura do documento - "Pressupostos à  
304 elaboração de uma resolução sobre o cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas no  
305 CEDA". Dr. Roberto Ribas Lange lembrou o seu encaminhamento, na última reunião, sugestão  
306 para o recadastramento das Associações. A Secretaria Executiva esclareceu que as  
307 sugestões para cadastro e recadastramento de Associações Ambientalistas no CEDA, serão  
308 enviadas às já cadastradas para análise e sugestões. O Dr. Ary Veloso Queiroz retomou a  
309 palavra reforçando sua sugestão inicial, que alguns assuntos gerais propostos em pauta  
310 deveriam ser discutidos na próxima reunião e que este referente ao cadastro é um deles. Dr.  
311 Iran Roberto Brezezinski pediu a palavra, lembrou aos presentes a situação do Jornal Meio  
312 Ambiente editado pelo ITCF desde 1981 até dezembro de 1986, com tiragem inicial de mil e  
313 quinhentos exemplares, atingindo quatro mil e quinhentos na última. Sua publicação deixou de  
314 ser feita porque o Instituto não reunia condições e recursos necessários para assegurar a  
315 qualidade e divulgação a nível nacional. O ITCF está tentando junto à Secretaria de  
316 Comunicação Social a retomada da publicação do jornal, e ainda, na próxima reunião do  
317 CEDA traria uma posição concreta. Retomando a palavra o Presidente do CEDA, Dr. Ary  
318 Veloso Queiroz, propôs aos Conselheiros o adiamento da discussão da proposta de Decreto  
319 para a instituição de um fundo para reconstituição de bens lesados, colocando em discussão.  
320 O Dr. Eduardo Kardush solicitou ao Dr. Eliseu de Moraes Corrêa sua colocação quanto ao  
321 fundo. Explicou o Dr. Eliseu Moraes Corrêa que elaborou a minuta de Decreto para criação do  
322 fundo, embasado no contido nos Artigos 13 e 20 da Lei Federal n.º 7347/85, para ser discutida  
323 no CEDA. Dr. Antônio Acir Breda argumentou que salvo casos excepcionais abdica-se do  
324 processo legislativo, pois todos os fundos do Paraná foram criados através de leis. Sugeriu a  
325 elaboração da minuta para a criação do fundo e que esta fosse enviada ao Sr. Governador  
326 Álvaro Dias e posteriormente à Assembléia Legislativa em caráter de urgência. Chamou a  
327 atenção que a atribuição dada ao Poder Executivo, concedida pela Lei Federal n.º 7347/85,  
328 para regulamentar fundos, parece ser a nível nacional e não estadual. Dr. Elizeu de Moraes  
329 Corrêa mencionou o artigo 13, da referida Lei, o qual institui o fundo, ressaltando que as  
330 discussões já passaram pelo Legislativo, contudo, nada obsta que passe pelo Legislativo  
331 Estadual. O Conselheiro Roberto Lange sugeriu que o fundo poderia ser gerido pelo próprio  
332 CEDA. Dr. Elizeu de Moraes Corrêa disse que o fundo não restringe-se à reparação de danos  
333 ao meio ambiente, estende-se ao consumidor, e a bens e direitos de valor artístico, estético,  
334 histórico e paisagístico e complementou argumentando que se houvesse participação do  
335 Ministério Público no CEDA, talvez fosse possível, chamando atenção para o artigo 7.º da  
336 referida lei e aproveitou para agradecer à Secretaria Executiva do CEDA o convite para  
337 elaborar a minuta e estar presente a reunião. Dr. Roberto Ribas Lange sugeriu à Secretaria  
338 Executiva que remetesse oficialmente, convite para o Dr. Krawekz, do Serviço de Defesa do  
339 Meio Ambiente da Procuradoria Geral do Estado, por estar ele apto a colaborar nesses  
340 estudos por trabalhar na área. Agradecendo a presença do Dr. Elizeu de Moraes Corrêa, Dr.

341 Ary Veloso Queiroz solicitou a Comissão já designada anteriormente, análise e que na  
342 próxima reunião traga um parecer. Passando aos informes: realização do 1º Congresso sobre  
343 Legislação da Fauna em Campo Grande. - material constituinte e Meio Ambiente entregue aos  
344 presentes, e, colocou a palavra em aberto. Sugeriu Dr. Paulo de Souza, ciente que a  
345 Secretaria Executiva tem estudado as emendas referentes ao meio ambiente na Constituinte,  
346 que se discutisse no CEDA as questões atinentes. Dr. Roberto Ribas Lange complementou  
347 serem centenas as emendas apresentadas bem como, a existência de duas Comissões  
348 trabalhando comandadas pelo Senador José Richa e Deputado Euclides Scalco, achou  
349 interessante que o CEDA se pronuncie junto a estes redatores para que mantenham no  
350 trabalho que estão fazendo um capítulo sobre o meio ambiente. Dr. Antônio Acir Breda  
351 lembrou que a Comissão do Deputado Euclides Scalco só está trabalhando em temas  
352 polêmicos, quanto a do Senador José Richa é realmente de filtragem das propostas  
353 apresentadas, e parece que na área de Meio Ambiente houveram cortes, complementou Dr.  
354 Antônio Acir Breda. Dr. Eduardo Kardush pediu que a Secretaria Executiva envie a todos os  
355 Conselheiros notícias referentes ao Meio Ambiente publicadas nos jornais e ainda, a  
356 discussão sobre a questão florestal no Estado do Paraná a ser apresentada pelo ITCF, em  
357 uma das próximas reuniões, bem como, que os relatos a serem apresentados nas futuras  
358 reuniões tenham sinopse do assunto. A questão de agrotóxicos foi levantada pelo Conselheiro  
359 Manoel Baltasar Baptista da Costa bem como, sugeriu o envio de uma moção de apoio à  
360 Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente com referência ao lixo urbano  
361 desenvolvido através da SUREHMA. Dr. Roberto Ribas Lange comentou que o Sr. Luciano  
362 Pizzato recebeu convite da presidência do ITCF para assumir o Departamento de Parques  
363 Nacionais daquele Instituto, ponderando a necessidade de manifestação do CEDA no sentido  
364 de confiança na qualidade do trabalho a ser desenvolvido. O Deputado Haroldo Ferreira  
365 questionou se já foi feita uma manifestação do CEDA quanto ao Parque Nacional do Iguaçu e  
366 a abertura da estrada do colono. Aproveitando sugeriu que a questão fosse discutida em uma  
367 próxima reunião do CEDA.

368 7. Encerramento - Em seguida, o Presidente do Conselho, Dr. Ary Veloso Queiroz, colocou a  
369 palavra em aberto aos presentes e, como ninguém fez uso da mesma, deram-se por  
370 encerrados os trabalhos da IV Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa do  
371 Ambiente, e eu Cleverson Vítório Andreoli, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, a qual  
372 assino com os demais membros do Conselho. Curitiba, 10 de agosto de 1987.